



A LUTA DOS NEGROS E DAS NEGRAS CONTINUA: ENTREVISTA COM KABENGELE MUNANGA¹

Felipe Bruno Martins Fernandes*

Florita Cuhanga António Telo**

Rosângela Cordaro***

* Docente do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (UFBA).

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismos (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

*** Discente do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).



Crédito: Gabinete do Deputado Estadual Brim Corrêa (PT/BA).



Esta fotografia foi captada durante a Cerimônia de Concessão do Título de Cidadão Baiano ao Professor congolês Kabengele Munanga. Nela o professor, um homem negro de cabelos brancos e com óculos de armação adornada, se encontra de perfil, com um leve sorriso e a mão repousada sobre o queixo. Vemos apenas o busto do professor e, ao fundo, mãos e papéis.

Em 14 de setembro de 2016, no município de Cachoeira/BA, a Rádio WEB Gira recebeu Kabengele Munanga, Professor Titular de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP). Nessa entrevista, discutimos ações afirmativas, relações raciais no Brasil, as agendas dos movimentos negros e contra as opressões e o papel da escola e da sociedade nas lutas antirracistas.

Rádio WEB Gira: Recebemos hoje um convidado mais que especial, o ilustre professor de antropologia da USP, Kabengele Munanga, que é, no momento, professor visitante

da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no município de Cachoeira/BA. Tudo bem, Professor?

Kabengele Munanga: Tudo bem. Muito obrigado pelo convite para essa entrevista.

Rádio WEB Gira: Gostaríamos que você começasse nos contando um pouco da sua trajetória, desde os tempos da graduação na Universidade Oficial do Congo até a vinda para Cachoeira.

1 Link da entrevista na Rádio WEB Gira: <http://generoesexualidade.ffch.ufba.br/?attachment_id=884>. Rádio WEB Gira: <<http://cidadaniaeusou.ufba.br/>>. Revisão de Frederico Fagundes Soares.



Kabengele Munanga: Eu sou um ex-colonizado. Nasci em um país que na época se chamava Congo Belga e era colonizado pelos belgas. Agora se chama República Democrática do Congo. Isso depois de passar por outros nomes, como República do Zaire e República do Congo. Lá cresci e estudei durante esse período de colonização.

Fiz a minha graduação em antropologia cultural. Faço parte da segunda geração de universitários daquele país. Terminei o curso em 1969 e, como era o primeiro antropólogo formado na Universidade do Congo, me tornei diretamente professor da universidade. Professor Assistente, que aqui na USP correspondia ao auxiliar de ensino. Nesse mesmo ano, fui para a Bélgica começar o doutorado na Universidade Católica de Louvain. Não pude terminar esse doutorado por questões políticas, porque a ditadura implantada no país tinha alguns opositores, dentre eles, membros da minha família. Em função disso, caçaram a minha bolsa de estudo. Não pude terminar o doutorado na Bélgica e acabei terminando esse doutorado na USP, onde cheguei em 1975, com uma bolsa da própria universidade. Naquela correria, foi um trabalho danado, porque cheguei em 1975, dois anos depois, em 1977, defendi a tese e voltei correndo para me colocar a serviço do país, mas a ditadura não deixou. Então me autoexilei, voltei ao Brasil. Em 1979, dei aulas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por dois anos e, a partir de 1980, entrei na USP, que foi a universidade onde me formei, onde fiz a minha carreira, chegando ao topo como professor titular. Estou agora aposentado, já faz quatro anos, e, trabalhando ou dando aulas, sirvo como professor visitante sênior, com a bolsa da CAPES na UFRB.

Rádio WEB Gira: A UFRB é conhecida como uma das universidades mais negras do país. O senhor concorda com essa afirmação? O que você acha da UFRB e qual o papel dessa instituição para o movimento negro hoje no Brasil?

Kabengele Munanga: Eu acho que a UFRB tem esse perfil porque é uma universidade que nasceu no berço do debate sobre as políticas afirmativas, então já nasceu com essas políticas, com reservas de vagas para negros e indígenas. Então, se a gente olhar o perfil da UFRB nas suas várias áreas de formação, eu diria que, proporcionalmente, é a universidade que tem mais estudantes negros, mais professores negros e, um detalhe, mais professoras negras. Então a universidade tem esse perfil. Claro que tem algumas áreas do conhecimento em que a maioria da população ainda é branca, como a área de saúde, as ciências naturais e biológicas, as ciências tecnológicas, mas isso faz parte do processo. Você não transforma tudo de um dia para o outro. Creio que, com o tempo, a UFRB estará mais representativa, porque uma universidade no Recôncavo da Bahia, onde a maioria da população é negra ou afrodescendente, terá uma maioria de estudantes e professores negros, mas esse é um processo, porque, como universidade pública, a UFRB recebe professores de todos os lugares do país que passam por concurso público. O mais importante é a questão da diversidade, que haja representatividade, tanto entre os alunos como entre os professores. Essa representatividade é praticamente a fisionomia social do Brasil: um país de brancos, negros e mestiços.

Rádio WEB Gira: O senhor tem muitas publicações sobre a Lei nº 10.639/2003, de ensino de história da cultura afro brasileira nas escolas. Você acha que essa universidade, que abriga o Mestrado Profissional em História da África, da

Díaspóra e dos Povos Indígenas, pode contribuir para o avanço dessas discussões nas escolas?

Kabengele Munanga: Acho que isso tem a ver com o próprio perfil da instituição, de que falei anteriormente. Você imagina que uma universidade no Recôncavo da Bahia, onde a maioria da população é negra, afrodescendente ou mestiça deve conhecer a sua própria história, a história do negro no Brasil, que foi deixada um pouquinho de lado, e durante séculos só se falava do tráfico negreiro, só se falava da escravidão... Parece que a história parou com a abolição. No entanto, essa história continuou com as lutas sociais, com os movimentos negros, com personagens negras que se colocaram publicamente. A própria cultura negra em plena dinâmica, em plena evolução, no meu entender, deve fazer parte do perfil de uma universidade localizada no coração do Recôncavo da Bahia. Isso não quer dizer que a universidade deve se isolar. A universidade é um universo, deve ser aberta a todas as correntes e diversidades de pensamento, mas uma universidade não deve perder a sua identidade. Aqui não é Harvard, nem Princeton, não é Sorbonne. É uma universidade brasileira que deve em primeiro lugar atender às necessidades da região do Recôncavo da Bahia. Me lembro aqui de uma frase do professor Milton Santos em algum lugar, em que ele diz: "para ser um cidadão do mundo, é preciso ser, antes de mais nada, um cidadão de algum lugar". Ser cidadão do seu país, ser cidadão da Bahia e do Recôncavo da Bahia, isso deve fazer parte do perfil dessa universidade.

Rádio WEB Gira: Você falou que a história do negro não termina com a abolição, mas tem continuidade até os dias atuais. Qual é o lugar das lutas antirracistas na contemporaneidade? Qual é o lugar dessas lutas e quais as agendas do movimento negro hoje?

Kabengele Munanga: Acredito que os movimentos negros deram um grande passo. O primeiro passo é que superaram aquela fase de denúncia, denúncia a todo o tempo. O Brasil é um país racista. Essa é uma fase importante porque passa pelo processo de conscientização das suas próprias realidades, mas também foi importante superar esse momento de denúncia e o discurso de conscientização para, num segundo momento, atuar na transformação da situação dos negros. As mudanças sociais não se fazem com discursos, embora saibamos que a retórica e os discursos sejam importantes. As mudanças sociais se fazem com políticas, políticas públicas afirmativas, às vezes universalistas, às vezes específicas. O movimento negro avançou muito, principalmente nessa segunda fase, que foi de transformação efetiva da sociedade. A própria sociedade brasileira, o Brasil enquanto nação, enquanto país, assumiu o seu racismo, saindo da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em Durban, em 2001 - o Brasil foi signatário da Declaração de Durban - assumindo seus problemas. O Brasil assumiu seu preconceito e saiu dessa conferência com o compromisso de implementar políticas sociais que atendam às necessidades específicas das comunidades indígenas, dos negros, dos homossexuais, enfim, de todas as minorias.

Acho que nesse túnel onde nos encontramos hoje estamos caminhando em direção a processos de mudança e transformação da sociedade. Com conquistas, algumas simbólicas, outras reais. Simbólicas como, por exemplo, o reconhecimento da figura de Zumbi dos Palmares como herói negro dos brasileiros, com a instituição do dia 20 de novembro como feriado em vários estados e municípios do Brasil. Isso



foi uma conquista muito importante. A segunda conquista foi a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura do negro, da África e dos povos indígenas no Brasil. Na verdade, são duas, a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que se completam, e isso foi uma mudança significativa no processo de conhecimento, pelo Brasil, da sua própria história, da sua identidade, da contribuição dos negros e dos indígenas na história social do país.

A terceira mudança foram as políticas afirmativas, que apesar da resistência, já estão em pleno funcionamento em várias universidades. As ações afirmativas começaram mesmo antes da lei federal em várias universidades públicas, federais e estaduais. Naquele período, cerca de cem já trabalhavam com várias modalidades de cotas e vagas para negros e isso foi uma mudança significativa. Algumas universidades hoje têm mais estudantes negros do que em todos os anos de sua existência - cito, por exemplo, a Universidade de Brasília (UnB). E isso ocorre com outras instituições nesses dez anos de cotas, o que é uma mudança significativa.

É bom que se diga que a questão das políticas afirmativas não é uma questão do negro, mas sim da sociedade brasileira. Quem é brasileiro, quem é consciente, negro ou branco, deve lutar para transformar essa sociedade. Prova disso é que várias universidades que adotaram o sistema de cotas antes da lei federal em sua maioria eram dirigidas por cidadãos brancos, e não negros, que não esperaram por uma lei. Isso é muito importante, pois algumas pessoas pensam que as cotas são uma questão do negro, mas na verdade fazem parte dos direitos coletivos, direitos para membros de algumas sociedades que tiveram problemas com essas sociedades. Se, na véspera da Lei Áurea, o Brasil tivesse implementado políticas para integração e inclusão dos negros na sociedade livre, os negros não estariam onde estão hoje. Houve a lei, *vocês são cidadãos livres*, mas nada fizeram para incluir esses indivíduos na sociedade brasileira. Então, é um atraso de mais de um século que a sociedade brasileira precisa preencher através de políticas que atendam aquilo que chamo de "direitos coletivos".

Rádio WEB Gira: Muitos professores das escolas públicas e docentes de universidades Brasil afora escutam os nossos programas. O senhor disse que algumas universidades que implementaram a lei de cotas antes da lei federal tinham gestores brancos. Qual o lugar de professores da escola pública e também dos brancos nas lutas contra o racismo e a xenofobia?

Kabengele Munanga: Bom, nós tivemos, no debate sobre políticas afirmativas, pontos de vista diferentes. Temos alguns intelectuais que assinaram aquela petição ou abaixo-assinado contra as políticas afirmativas, liderados por algumas universidades públicas federais, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), principalmente encabeçados por alguns antropólogos conhecidos como estudiosos da questão do negro no Brasil. Esses disseram que políticas de cotas iriam transformar o Brasil numa sociedade bipolar, como os Estados Unidos. E que isso definiria fatores internos raciais entre brancos e negros e significaria a volta da raça no Brasil, a raça que não existe, trazendo ao país problemas que o mito da democracia racial evitou. Esta foi uma postura de muitos professores que estavam contra as cotas, que defenderam as chamadas políticas universalistas. Outra parte são aqueles que acharam que as políticas ditas universalistas jamais vão contemplar a população negra, indígena e também os estudantes pobres brancos oriundos das escolas públicas, que precisavam de políticas afirmativas que os contemplassem.

Então o Brasil se dividiu intelectualmente e os que defenderam as cotas ganharam. Tudo passou pela justiça, tivemos audiências públicas no Supremo Tribunal Federal em fevereiro e março de 2009 e concluíram que não havia nada de inconstitucional na implementação das cotas nas universidades públicas. É a partir daquele momento que veio o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial, a consolidação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e as cotas nas universidades federais acabaram ganhando. Mesmo assim, temos que entender que em qualquer mudança que vise a transformação da sociedade não há unanimidade. Os pontos de vista são divergentes, mas aqueles pontos de vista que defendem a sociedade, que têm o apoio da sociedade, acabaram ganhando e nós temos hoje políticas de cotas, políticas de ação afirmativa, a Lei nº 10.639/2003... Então hoje essas políticas já se ampliaram, por exemplo, no Instituto Rio Branco há uma bolsa de estudos para estudantes negros concorrerem à carreira diplomática. Temos vagas em concurso para contratar diplomatas negros, que tiveram fraudes que passaram pelo controle e pela punição. Hoje alguns estados têm reserva de cotas para a contratação de negros no setor público, até mesmo na esfera federal. Ter reserva de cotas para negros e indígenas no serviço federal é uma questão de justiça. Isso significa que há mudança na sociedade, apesar daqueles intelectuais que foram contra e, que hoje, têm que se curvar às leis do país, às leis que ganharam.

Rádio WEB Gira: Professor, recentemente nós tivemos uma grande polêmica em Salvador, na qual todos os prefeituráveis, exceto um, não se declararam brancos. Todos se declararam pardos e pretos e isso fez com que o movimento negro de Salvador se revoltasse, porque na cidade considerada mais negra fora da África todos os candidatos, como ACM Neto e Alice Portugal, se autodeclararam pardos. O senhor acredita que isso seja oportunismo, como denunciou o movimento negro, ou existe um movimento da autodeclaração das pessoas não se identificarem mais como brancas? O que está acontecendo?

Kabengele Munanga: O último censo de 2010 mostra que a maioria da população brasileira, cerca de 51%, é negra, mestiça e afrodescendente. Isso tem a ver com o fato de que algumas pessoas que antigamente se diziam brancas passaram a se assumir como mestiços ou pardos e os que se diziam mestiços ou pardos passaram a se assumir como negros. Isso faz com que a percentagem da população negra tenha aumentado.

Significa que o Brasil, de um modo geral, está assumindo a sua negritude. Muitas pessoas que se dizem brancas no estado da Bahia seriam consideradas negras nos Estados Unidos. Assim como muitos negros nos Estados Unidos podem ser considerados brancos na Bahia. Essa mudança estatística do IBGE mostra que algumas pessoas estão assumindo a sua negritude. É legítimo que, em um estado como a Bahia, onde a maioria da população é negra e mestiça, quase 80%, pelo menos a maioria dos dirigentes do estado ou do município de Salvador sejam negros ou afrodescendentes. É legítimo que haja algum dirigente, governador, perfeitos negros, mas você não elege um candidato simplesmente porque é negro, porque é mulher ou porque é mestiço. Você elege um candidato que tenha uma proposta de transformação da sociedade, que contemple tanto a população negra como a população branca e que contemple também as mulheres e todas as minorias.

Creio que vai chegar um momento, na evolução da sociedade, que esses candidatos que têm propostas interessantes e o apoio de partidos políticos tenham força. Os



negros para se elegerem têm que fazer parte de partidos políticos que os apresentem como seus candidatos. Eu acredito que muitos não têm apoio dos seus partidos políticos. O fato de ser negro não qualifica alguém automaticamente para governar um estado ou município. Mas se temos negros e mulheres qualificados, por que esses não recebem o voto da sociedade? Acontece que esses qualificados nem sempre aparecem, porque nem sempre têm o apoio dos partidos políticos e tampouco têm dinheiro para fazer a campanha. O exemplo disso é a Operação Lava Jato. Quantos negros há nessa operação? Você já viu algum negro? No Mensalão, você viu algum negro? Isso significa que até onde dá para roubar, o negro não tem acesso. Alguma coisa está errada. O negro está praticamente ausente da política. Quantitativamente, ele é pouco representado.

O que se pede na Bahia e em Salvador é por representatividade negra entre os dirigentes no plano executivo, legislativo e judicial. É difícil você entender como é que um lugar tem a maioria da população negra e afrodescendente e o negro não é representado. Imagine nos estados do sul do Brasil, onde a maioria da população é branca! Mas no Brasil você vai encontrar alguns negros que já ocuparam posições de poder. Já tivemos, no Rio Grande do Sul, um governador negro. No Espírito Santo, um governador negro. Mas, aqui na Bahia, onde a maioria da população é negra, ainda não tivemos um governador negro. Já tivemos um prefeito, Edvaldo Pereira de Brito, que era professor de direito. Mas isso é uma exceção! Essa situação da política, com o tempo, vai ter que mudar. Agora aqueles candidatos brasileiros que se identificam como negros ou pardos simplesmente para ganhar a eleição, pois a maioria da população é negra, isso tem que ser considerado como fraude. Se um cara nunca assumiu a sua negritude e de repente, em plenas eleições, se diz negro, mas o fenótipo dele mostra que ele não é pardo, mas é branco, isso tem que ser denunciado como fraude.

Rádio WEB Gira: Problematizando um pouco a sua fala, essa consideração como fraude não colocaria em xeque a política da autodeclaração?

Kabengele Munanga: A auto declaração não significa que não deve haver mecanismos de controle e monitoramento. Numa sociedade onde há fraude em todos os níveis, até na própria justiça, como você vai simplesmente confiar na autodeclaração de um candidato? Tem que ver se realmente essa autodeclaração corresponde ao que a pessoa é na realidade. Imagine que eu, Kabengele Munanga, amanhã me autodeclare branco para ocupar vagas reservadas para brancos. As pessoas vão dizer *mas aquela cara é um negro conhecido, como de um dia para outro ele já se declara branco?* Porque a autodeclaração é reconhecida, as pessoas podem contestar. Há pessoas com fenótipo branco que se autodeclararam negro. Em algumas condições, as pessoas são oportunistas, como muitos foram nos concursos desse tipo no Instituto Rio Branco. Se declararam pardos para se beneficiarem da reserva de vagas para negros, no entanto eram brancos e foram barrados. Portanto, a autodeclaração não evita o critério de controle que passa pela heterodeclaração.

Rádio WEB Gira: Mas isso não significaria um retorno das bancas de verificação? Qual a sua opinião sobre estas bancas de verificação?

Kabengele Munanga: As bancas de verificação, que alguns chamaram de “tribunais raciais”... Me lembro do debate sobre

cotas em que alguns acadêmicos, como Demétrio Magnoli, qualificaram essas bancas como “comissões de controle” ou “tribunais raciais”. Olha, não existe uma sociedade sem controle. A gente tem nossa fotografia na carteira de identidade, que mostra a cara da pessoa. Para que serve a fotografia? É para averiguar se essa identidade é mesmo da pessoa. Você vai hoje para o aeroporto e ao embarcar tem que mostrar a sua fotografia ao embarcar. É uma forma de verificar se a cara corresponde com a pessoa que vai viajar. É uma forma de controle e existe em todas as sociedades. Não vejo nenhum problema. A pessoa tem direito de se autodeclarar, mas a autodeclaração pode ser também uma fraude, e por isso é preciso controlar. Se a pessoa tem toda fenotípia negra, ou branca, preenche todos os requisitos, não tem nenhum problema... Mas se percebemos que alguma coisa está errada, essa pessoa está ocupando o lugar de outra indevidamente. É como se amanhã, um homem, e aqui não falo de mulheres trans, se autodeclarar mulher para ocupar uma vaga das mulheres, você se pergunta: *é autodeclaração?* Esse homem, se declarou mulher para ocupar uma vaga reservada para as mulheres e precisamos controlar. *Bom, você aparentemente é um homem, porque está querendo ocupar a vaga reservada para as mulheres?* Então a autodeclaração não quer dizer que não pode ser objeto de controle e verificação da sociedade, para evitar fraudes.

Rádio WEB Gira: Mudando de assunto para uma questão mais teórica. Como nomear os estudos sobre raça e racismo no Brasil? Ângela Figueiredo, docente da UFRB e coordenadora do Coletivo Angela Davis, por exemplo, nomeia o campo como *Estudos das Hierarquias Raciais*. No currículo lattes do senhor, vemos que seus interesses de investigação são os *Estudos Étnicos-Raciais*. Como devemos nomear esse campo e o que o torna tão fértil no Brasil?

Kabengele Munanga: Você sabe que, na academia, uma das coisas que a gente faz é nomear as coisas. Dar nome e batizar os fenômenos que a gente estuda. Esses nomes não têm uma unidade. Aqui, essa área de relações que estuda a questão do negro, num certo momento, a partir do projeto UNESCO, na década de 1960, foi chamada de *Relações Raciais*, outros chamam de *Relações Raciais Inter-Étnicas*, outros, hoje, chamam o campo de *Questões de Diferenças Sociais e Raciais*. Os interesses dão nomes diferentes e às vezes os nomes fazem parte de modismos, *tenho que chamar assim porque está na moda*. Vou lhe dar um exemplo, se você pegar toda literatura sobre a África, tanto a literatura ocidental como a literatura africana, a gente fala de *África* no singular. Hoje, no Brasil, é um modismo todos falarem de *Áfricas*, no plural. Fazem isso porque está na moda, talvez se baseando no fato de que o continente americano tem Américas. Mas lá na África é uma história diferente, ninguém se pergunta por que não falamos de Europas ou Ásias, então por que falamos tanto de Áfricas? Para dizer que na África há diversidade? Será que na Ásia não há diversidade? Na Europa não há diversidade? Então alguns conceitos do século XX fazem parte de modismos, as pessoas usam sem saber o porquê.

Rádio WEB Gira: Pensando a África no singular ou no plural, Florita Telo, membro de um dos primeiros coletivos feministas de Angola e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (PPGNEIM) da UFBA denuncia a visão paternalista que certas correntes do movimento negro e setores acadêmicos do Brasil têm sobre a África. O senhor concorda com essa posição? Já



percebeu esse tipo de visão, mesmo nos movimentos que poderíamos chamar de mais progressistas?

Kabengele Munanga: Eu concordo, mas isso não é um problema do Brasil. Isso tem a ver com a colonização. Todos os países que colonizaram o continente africano, em maioria, são países paternalistas. Toda a nossa literatura sobre a África, em grande parte, vem desses países europeus. Acabamos, às vezes de uma maneira inconsciente, introjetando essa visão paternalista da África que vem dessa literatura que nós consultamos. Da mesma maneira, introjetamos os conceitos que esta literatura cunhou sobre a África sem se perguntar se esses conceitos na verdade têm a ver com as realidades do continente africano. Nossa visão de um modo geral é paternalista, *aquela África coitada, é miséria, é a fome, a África de crianças que não sabem andar sozinhas*. Parece que a África não caminha sem a ajuda do adulto do ocidente. Isso é tão verdadeiro que, em alguns contextos europeus, quando alguém encontra um africano, já logo começa a explicar a ele os problemas da África. Explicam os problemas da África aos africanos, pensando que o africano não os enxerga.

Muitas vezes, alguns dos nossos intelectuais brasileiros têm essa visão paternalista da África, que vem dessa visão ocidental, mas que vem também dessa maneira de ver a África como coitada, sofrida e infantil. Passa por aquilo que chamamos de *afropessimismos*. Isso acontece às vezes, de uma maneira inconsciente e inevitável. Você lembra, na Copa do Mundo da África do Sul, as imagens que a imprensa brasileira começou a mostrar sobre a África? Mostravam a fauna e a flora, os animais da África, a natureza da África. Parecia que, naquele continente, não havia seres humanos, não havia cultura, não havia instituições e outras coisas para mostrar, só a fauna e a flora. É como se o hemisfério sul, não tivesse outra coisa, a não ser a fauna e a flora, que mereciam ser mostradas. Essa proximidade da África com a fauna e a flora tem um conteúdo muito ideológico que acaba por influenciar também a nossa visão de mundo sobre a África, querendo ou sem querer.

Outra maneira de ver a África é aquela que pensa que, na África, é tudo a mesma coisa e esquece que a África é diversa. Ou aquele que pensa que na África é tudo diferente, que esquece que na África há semelhanças. Que existem semelhanças que fazem parte daquilo que nós chamamos de *africanidades*, semelhanças culturais, problemas e dificuldades comuns. A África inteira passou pela escravidão, passou pela colonização, sofre as consequências da guerra fria, é pós-colonial, tem, apesar da diversidade, problemas comuns. A fome, a miséria, a construção da nacionalidade, da identidade e o desenvolvimento fazem parte dos problemas comuns da África, da *africanidade*. Então, muitos não sabem fazer essa diferença, não sabem trabalhar com a diversidade dentro da unidade, a unidade dentro da diversidade. É por isso que todo mundo hoje fala das Áfricas. Parece que não há mais nada que aproxima a África, todos são diferentes.

Rádio WEB Gira: Florita dizia que no próprio feminismo latino e brasileiro, assim como no feminismo do norte global, nunca escutaram as feministas africanas. Que é como se elas não tivessem conhecimento e uma agenda política próprias.

Professor, na atualidade, quais são os grandes desafios do negro na sociedade brasileira? Muitas pessoas ainda imaginam que nós vivemos uma situação de harmonia racial. O que é o *mito da democracia racial* que o senhor falou duas respostas anteriores?

Kabengele Munanga: O grande desafio é avançar. Não pensar que graças às políticas afirmativas, graças às cotas ou graças a algumas leis, nós resolvemos o problema do negro. Estamos ainda no início, no início de um processo que está apenas começando. Se não prestarmos atenção às nossas conquistas, em mudanças políticas como esta que estamos vivendo, algumas conquistas podem ser perdidas, confiscadas e então o negro tem que ficar atento, continuar a lutar e se mobilizar. É necessária uma grande mobilização. Apesar da conscientização que mencionei antes, hoje a gente não vê grandes mobilizações, como há nos Estados Unidos, quanto aos problemas dos negros no Brasil.

Hoje, por exemplo, se fala no genocídio da juventude negra. As estatísticas mostram que a cada três jovens mortos em nossas periferias, dois deles são negros - isso é um genocídio! E não se vê uma mobilização de massas negras no Brasil, com a participação dos brasileiros brancos conscientes. Cada vez que há uma manifestação, nos Estados Unidos, sobre discriminação racial ou contra a violência policial, a gente vê, na multidão, brancos e negros, juntos. A gente não vê isso no Brasil. Então o Brasil tem que avançar muito nesse sentido. O negro tem que contar com a solidariedade dos seus compatriotas brancos, porque a luta é de todos pela transformação da sociedade. Seria um erro achar que chegamos lá. Estamos apenas entrando no túnel e o caminho para sair desse túnel é ainda longo. Nós não sabemos quantos anos vai durar. Porque você não transforma uma sociedade que conviveu mais de um século com a discriminação racial e com práticas racistas em alguns anos. Uma década de políticas afirmativas não transforma a sociedade.

Há ainda o que chamo de inércia do mito da democracia racial. Apesar de esse mito já ter sido desmistificado, há ainda pessoas, no Brasil, que acreditam nisso e a gente viu essa posição no debate sobre as cotas. *Porque falar de cotas? Não tem negro no Brasil! Todo mundo é mestiço. Por que cotas para negros? As cotas têm que ser sociais. Meu filho vai ser prejudicado, a vaga dele vai ser ocupada*. Não se trata de direitos individuais ou universais, trata-se de direitos coletivos, para um grupo prejudicado na sociedade. Um grupo que não é representado na sociedade. Quando falo disso não estou dizendo que os negros são as únicas vítimas da sociedade. As mulheres são vítimas da sociedade, por isso alguns países hoje lutam por políticas paritárias, para que haja uma representação nas instituições sociais mais igualitária entre homens e mulheres. Há os homossexuais, que são vítimas de preconceito e que não têm os seus direitos reconhecidos na sociedade. Não são só os direitos de um indivíduo, mas o direito coletivo de uma categoria de pessoas que vivem diferentemente sua sexualidade, e que têm direito de viver diferentemente sua sexualidade numa sociedade que se diz democrática. Portanto, são várias as comunidades que ainda lutam. Mas falta solidariedade entre todas as vítimas da sociedade. Não vejo ainda essa solidariedade. Um dia verei os homossexuais na rua, gritando em favor dos seus direitos junto com os negros, com os brancos, com as mulheres. Nesse dia, direi que a sociedade vai mudar muito, porque a união faz a força. O que vejo hoje são pessoas que pensam assim: *não é meu problema, é problema dos negros; eu não sou homossexual, é problema do homossexual*. Isso não ajuda na luta pela transformação da sociedade.

Eu acredito que as pessoas ainda devem caminhar muito e, alguns intelectuais, alguns membros da sociedade entenderam. Eu posso garantir, com minha experiência de 41 anos de Brasil, como intelectual com trabalho engajado, que se nós tivemos algumas conquistas - claro, houve pressão e luta do movimento negro, mas isso contou também com a contribuição de cidadãos brasileiros brancos conscientes.



Rádio WEB Gira: Lembrei da dimensão da interseccionalidade entre as diferentes opressões, própria do campo de estudos em sexualidade. Nessa semana por exemplo, tivemos três travestis assassinadas no Brasil, duas delas negras. Se pensarmos a transfobia, a lesbofobia e a homofobia letal no Brasil hoje, a maioria das vítimas é negra. Ou seja, a violência letal contra LGBT no Brasil é racista. O senhor acha que é um bom caminho partirmos para análises mais interseccionais da realidade?

Kabengele Munanga: Eu acho. Porque a união faz a força. Somos todos vítimas da sociedade, considerando nossas especificidades: da mulher, do negro, dos homossexuais e todos as outras minorias sociais. Alguns acumulam dois ou três tipos de discriminação: o homem ou a mulher negra, ou a mulher negra e pobre, ou a mulher negra, pobre e homossexual.

Num universo racista e discriminatório como o nosso, o racista escolhe as suas vítimas. Se um racista encontrar dois homossexuais, um negro e um branco, ele vai escolher matar em primeiro lugar o homossexual negro, talvez porque o branco pode escapar. Ele é racista e pode se solidarizar com o homossexual branco. Da mesma maneira, se é um cara que, além de racista, é homofóbico e machista, dependendo da vítima e se essa reúne estas três condições, essa é a vítima que ele vai eliminar em primeiro lugar. Isso faz parte de uma seleção na cabeça da pessoa racista, machista ou homofóbica.

É por isso que acredito que a luta no isolamento, sem fazer essas intersecções, não tem muito sucesso. Temos que lutar juntos, nos mobilizarmos juntos. Se foram mortos dois, ou três homossexuais negros, todos os homossexuais têm que se mobilizar, se posicionar em defesa do homossexual negro. Se amanhã é morto o homossexual branco, todos os homossexuais, brancos, negros e lésbicas têm que se posicionar em termos de solidariedade. Mas quando alguns tomam distância, *porque não sou eu*, então o genocídio continua.

As vítimas às vezes não são atacadas de uma maneira global, coletiva, e isso divide a força das vítimas, divide a luta. O ditado *a união faz a força* funciona nessas condições. Se você está numa situação difícil e ninguém te defende, amanhã quando o outro estiver na mesma situação, você não vai defendê-lo porque ele não foi solidário com você. Vai dizer: *não tenho nada a ver com isso, porque eu não sou negro, não tenho nada a ver com isso, porque não sou homossexual, ou porque não sou mulher*, isso é falta de solidariedade. A cidadania é a solidariedade, *o que tem a ver com o outro tem a ver também comigo*. Tenho que me solidarizar em todos os momentos. Alguns anos atrás, em São Paulo, li num jornal que os policiais estavam parando os negros que passavam na rua para revistá-los e os brancos que passavam não eram revistados. Mas se fosse em outro país, onde a cidadania funciona, os brancos parariam para indagar por que não estavam sendo revistados, ou seja, por que estavam passando livremente. Isso faz parte da solidariedade e da cidadania que existem nos países onde as pessoas são conscientes. Eu me lembro na época em que vivi em Bruxelas, na Bélgica, onde passei três anos, e se a polícia parasse alguém na rua outro cidadão perguntaria: *meu amigo, por que esta revistando ele, o que ele fez?* Temos que nos posicionar frente à polícia, ainda não chegamos a essa solidariedade.

Rádio WEB Gira: Para concluirmos essa entrevista, eu oriento uma estudante Shirlei Santos de Jesus, que é uma militante do movimento negro e atriz de teatro do Bando Olodum, que faz uma etnografia das candidatas negras nas

eleições de Salvador e também estive recentemente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em uma conferência do cientista francês Eric Fassin. Ele trouxe o conceito de “depressão militante” a partir do estudo de ativistas não ciganos que defendem o povo cigano na França, que têm se tornado depressivos, ou seja, ele fala de uma dimensão da vida política hoje na qual os próprios militantes, acreditam *que não há mais solução*. O conceito de depressão militante tem sido articulado para pensar esse momento da política em que os próprios militantes deixaram de acreditar na história enquanto fluxo, como se a história tivesse chegado ao fim. Isso acontece com o movimento negro? Como o senhor acha que podemos estimular as novas e futuras gerações a continuarem lutando pela transformação social, por mais justiça social e por uma sociedade sem racismo?

Kabengele Munanga: Olha, Professor Felipe, eu acredito que todas as sociedades humanas têm problemas sociais, e esses problemas não se resolvem simplesmente com o discurso. Claro, o discurso faz parte do processo de conscientização e da consciência, mas temos que superar o discurso. Temos que focar o discurso nas políticas de mudança e de transformação social. Numa sociedade em que temos problemas sociais, as pessoas e os movimentos sociais que estão mobilizados devem saber que a luta faz parte dessa sociedade. Não tem fim, não tem um momento em que a gente vai dizer *agora alcançamos o paraíso social, acabou a luta*. Isso faz parte de sociedades humanas que vivem constantemente com desigualdades, que criam desigualdades sociais, sejam de raça, de gênero ou econômicas. A luta não tem tempo para acabar, e temos que deixar essa luta de consciência para as futuras gerações. No momento que se luta há ganhos, há perdas e também decepções... Isso faz parte da luta, da mudança em todas as sociedades humanas. Não vai chegar um momento na vida em que vão dizer: *agora está tudo bem, é o paraíso, nada pelo que lutar*. Isso nunca vai acontecer.

As pessoas que lutam têm que saber que a luta continua, não tem fim, tem que deixar essa consciência para as futuras gerações. Não podemos baixar as luvas, ficar apáticos. Quem poderia imaginar, há 20 ou 30 anos, que os americanos elegeriam um presidente negro? Mesmo tendo eleito um presidente negro, os problemas raciais nos Estados Unidos não recuaram, nós acompanhamos isso na imprensa. O comportamento racista da polícia em relação à juventude negra em alguns estados aumentou. No entanto, tivemos também ganhos. Quem elegeu Barack Obama não foram os 13% da população que é negra. Foram os brancos, na sua maioria, que o elegeram. Nesses 13% da população negra, algumas parcelas são republicanas, são conservadoras. Quer dizer que houve transformação, houve uma mudança de consciência de alguns americanos que acreditaram que esse negro tinha competência e que tinha capacidade para mudar a sociedade americana. E a luta dos negros na sociedade americana continua, apesar dessa conquista.

Nos Estados Unidos você tem uma classe média, uma burguesia negra. É pequena, mas existe. Há empresários negros, são poucos, mas existem, o que ainda não temos no Brasil. No Brasil ainda há muita coisa para ser feita para a mudança da situação do negro. Se as pessoas ficarem apáticas e deixarem de se mobilizar, nada vai mudar. É como agora com a situação que estamos vivendo, quem cruza os braços e espera que as coisas aconteçam não contribui com a transformação. Na história, tudo se transformou com as lutas do povo. Isso é permanente. Não creio que a sociedade humana chegará a esse momento de apatia total. Mas, ao mesmo tempo, não estou vendo hoje tantos negros



mobilizados como na época em que conheci o Movimento Negro Unificado (MNU). As pessoas se mobilizavam constantemente, mostravam a sua posição. Mesmo sabendo que é difícil mudar, quem é consciente tem que se posicionar, tem que se mobilizar, tem que estar na rua. Acabamos tendo sempre alguns ganhos, algumas mudanças, porque os políticos dependem dos votos, tanto dos negros, como dos brancos, para se eleger. Não é por acaso que alguns candidatos na Bahia, que são brancos, estão se autodeclarando pardos ou pretos, porque eles sabem que precisam do voto da maioria da população, que é negra. Então, eu acho que a palavra é: *A luta continua!*

Rádio WEB Gira: Muito obrigado, professor, foi uma honra ter essa conversa contigo. O GIRA - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação da UFBA agradece.

Kabengele Munanga: Eu que agradeço esse convite. Eu me considero como um livro aberto. Digo o que penso, as coisas em que acredito. Não sou o dono da verdade. Há várias verdades, de acordo com o posicionamento ideológico de cada um de nós. Defeitos e qualidades todos nós temos. No momento, eu acho que a minha visão do negro no Brasil passa por esse discurso que nós travamos, nós dois.

APOIO

